Nº 164

**Ofício nº PMC/SEPLAN/DCONV/112/2025**
**Congonhas, 24 de abril de 2025**

Câmara Municipal de Congonhas
PROTOCOLO GERAL 1077/2025
Data: 25/04/2025 - Horário: 15:29
Legislativo

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Colaboração Nº 05/2025, que entre si Celebram o Município de Congonhas e a Liga Congonhense de Desportos – LGD – para ciência e controle.

Atenciosamente,

Nathan Filipe Carmo Moreira
Secretário Municipal de Planejamento

**TERMO DE COLABORAÇÃO N°. 005/2025.**

**PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E LIGA CONGONHENSE DE DESPORTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido inscrito no RG Nº 4.370.328 e no CPF nº 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, José Lúcio de Castro, portador da Carteira de Identidade nº. 13.288.865 e CPF nº 007.727.468-77 e a **LIGA CONGONHENSE DE DESPORTOS,** inscrito no CNPJ sob o nº.18.382.200/0001-11, com sede na Rua Dom João Muniz, s/nº, centro, Congonhas/MG, neste ato representada por seu Presidente, Fabricio Venturato Vieira, portador do RG nº. M.7.905.126 e do CPF nº. 058.450.836-05, doravante denominada OSC (Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

**Processo Administrativo nº. 2416/2025**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a realização de diversas competições esportivas pela Liga Congonhense de Desportos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR**

2.1 O MUNICÍPIO nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o servidor José Roberto Pereira, Portaria nº PMC/675/2025

I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;

II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;

IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

**2.2 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/18, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.**

2.2.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;



Fabricio V. Vieira

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.3 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II – cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.3.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.4 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

2.4.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: Danielle Maria de Moraes, Paulo Vitor Silva Augusto e Márcio Silva Reis designados pela Portaria nº PMC/675/2025.

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

a) análise do objetivo e sua finalidade;

b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;

c)análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/18, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na



Fabrício V. Viana

avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 – Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

**CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**

**I – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;

b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;

e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);

g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;

h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;

i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.

j) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;

k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV

**II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:**

a) responsabilizar-se pela execução do objeto;

b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;

f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;



Fabrício V. Vieira

i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;
m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;
p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
q) *assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de Colaboração e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração, no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.*

**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL**
Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE**
Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS**
Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Colaboração prevê mais de uma parcela de repasse de recursos, a OSC deverá, para recebimento de cada parcela manter em dia a sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):
I - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:
a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;



Fabiana V. Vieira

c) Certificado de Regularidade do FGTS;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
e) Certidão Negativa Municipal;
II - a OSC deverá apresentar a prestação de contas da(s) parcela(s) anterior(es).
§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.
§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.
§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.
§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.
§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada à secretaria responsável pela política, informando a apresentação da prestação de contas, a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: òrgão: 19, Unidade: 01, Função: 27, Sub Função : 811, Programa: 0043; Atividade: 0-0068 – Parceria com Entidades – Esporte;3.3.50.41 – Contribuições; Fonte: 1500 – Ficha : 940
Parágrafo único. Se a vigência deste termo de parceria ultrapassar o exercício financeiro, os créditos para cobertura das parcelas a serem transferidas em exercício futuro serão indicados em termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**
Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.
Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro.
Os rendimentos serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**
A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:
a) inexecução do objeto;
b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;
c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.



Fabrício V. Vieira

Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas do recurso repassado à OSC ocorrerá de forma parcial, denominada "prestação de contas parcial", até 30 dias após o recebimento de cada parcela.

§ 1° A prestação de contas parcial será feita quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, hipótese em que a terceira parcela ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

§ 2° A apresentação das prestações de contas parciais será acompanhada dos seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo e a identificação da parcela (e se é prestação de contas do total da parcela ou de parte);

II - se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;

III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução Físico-financeira;

VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX - 3 (três) orçamentos para seleção do menor preço na aquisição dos materiais e contratação dos serviços. Deverão ser observadas as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço de cada item, ou seja, se os produtos/serviços forem adquiridos/contratados mediante a menor proposta global, será cobrada a diferença de valores de cada item, se houver.
- Na cotação não se pode colocar marca: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório."
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.



Fabricio V. Vieira

- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Só serão aceitos 3 orçamentos válidos, ou seja, 3 orçamentos nos quais constem os valores de cada item. Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui determinado(s) item(ns). Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do item.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa **prévia** de preços. Terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da primeira parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;

XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;

XV - declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do represente legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 3º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas picadas.

§ 4º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 5° As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 6º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 7º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 8 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

§ 9 A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:



Fabrício V. Vieira

I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;
II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

§10 A partir da data do recebimento da prestação de contas parcial, o MUNICÍPIO, terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para análise, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 11 Após a aplicação da última parcela, será apresentada a **prestação de contas do total** dos recursos recebidos, ou seja, a prestação de contas final. Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução Físico-financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver. A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.
§ 12 A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.
§ 13 O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.
§ 14 O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:
a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
§ 15 Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.
§ 16 Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.
§ 17 A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.
§ 18 Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**
Este instrumento tem vigência Da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2026, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.
Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**
Fica vedado à OSC:
a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;
c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;

d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
g) deixar de aplicar os recursos;
h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
j) pagar despesas a título de taxa de administração;
k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

**CLÁUSULADÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULADÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE**

Ao término da vigência deste termo ou, se for o caso, quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC



Fabrício V. Viana

adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 15 de abril de 2025.

**Fabricio Venturato Vieira**
Presidente Liga Congonhense de Desportos

**José Lúcio de Castro**
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

**Anderson Costa Cabido**
Prefeito de Congonhas

# PLANO DE TRABALHO
# TERMO DE PARCERIA

**1 - DADOS DO MUNICÍPIO**

| | | |
|---|---|---|
| MUNICÍPIO DE CONGONHAS | | CNPJ: 16.752.446/0001-02 |
| ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 – Centro | | |
| MUNICÍPIO: Congonhas | UF: MG | CEP: 36.410-064 |
| NOME DO RESPONSÁVEL: Anderson Costa Cabido | CI: M- 4.370.328 | CPF: 813.617.426-15 |
| CARGO: Prefeito | | |

**2 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

| | | | |
|---|---|---|---|
| LIGA CONGONHENSE DE DESPORTOS | | CNPJ: 18.382.200/0001-11 | |
| ENDEREÇO: RUA DOM JOÃO MUNIZ/SºN, CENTRO | | | |
| MUNICÍPIO: CONGONHAS | UF: MG | CEP: 36410-052 | TELEFONE: 31 99651-1962 |
| CONTA CORRENTE ESPECÍFICA: 000577563785-9 | BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL | | AGÊNCIA: 1044 |
| NOME DO RESPONSÁVEL: FABRÍCIO VENTURATO VIEIRA | | Nº IDENTIDADE: 7.905.126 | CPF: 058.450.836-05 |
| ENDEREÇO: RUA IZABELINHA, 91, BOM JESUS | | | |
| CARGO: PRESIDENTE | TELEFONE: 31 99651-1962 | E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA OSC: ligacongonhensededesportos@gmail.com | |

**3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

RESUMO:

A Liga Congonhense de Desportos – LCD, inscrita no C.N.P.J. nº 18.382.200 / 0001 – 11, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sediada à Rua Dom João Muniz, s/nº, centro, Congonhas/MG, fundada em 22 de outubro de 1962 nos termos do Decreto Lei Federal nº 3.199 de 14/04/1941, dirige, orienta, supervisiona, coordena, controla e proporciona, de acordo com legislação em vigor, o desporto amador e especializado no município de Congonhas/MG.

**4 - TÍTULO DO PROJETO**

TÍTULO DO PROJETO / ATIVIDADE: Realização de competições esportivas sendo eles: 18º Campeonato Amador de Futebol 35, 16º Campeonato Amador de Futebol 40, 3º Campeonato Amador de Futebol 45, 1º Campeonato de Futebol Amador 50, 1º Campeonato Amador '63', 1º Campeonato de Futebol para PCD, Campeonato Amador Masculino Adulto (Campeonato, Taça Congonhas, Copa Congonhas), 4ª Supercopa de Futebol Amador, Campeonato Amador Varzeano (1ª divisão, 2ª divisão, 3ª divisão e Master), Campeonato de Futebol de Base de Congonhas 2025 (Sub/09, Sub/11, Sub/13, Sub/15, Sub/17), Campeonato Regional de Base 2025 (Sub/09, Sub/11, Sub/13, Sub/15). Auxilio quando possível no pagamento da arbitragem para amistosos/competições envolvendo filiados e/ou a Seleção de Congonhas em jogos dentro do município de Congonhas.

PERÍODO DE EXECUÇÃO:
INÍCIO: ABRIL/2025
TÉRMINO: JANEIRO/2026

**5 - OBJETO (DESCRIÇÃO DO PROJETO)**

Realização de competições de futebol em diversas categorias para todos os públicos, incluindo PCD e apoio no pagamento da arbitragem para amistosos/competições envolvendo filiados e/ou a Seleção de Congonhas em jogos no múnicipio, assim contribuindo com a qualidade de vida e saúde de todos os participantes.

**6 - LOCAL (ENDERECO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL**



Fabrício V. Vieira

Os eventos serão realizados no município de Congonhas, podendo ter jogos fora do munícpio somente no Regional de Base, sem ônus para a LCD.

**7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO**

A execução do projeto visa dar oportunidade aos praticantes do futebol em diversas faixas etárias, de participarem de eventos/competições esportivas, organizados por uma instituição que, historicamente, dirige, orienta, supervisiona, coordena, controla e proporciona, de acordo com legislação em vigor, o desporto amador e especializado no município de Congonhas.

**8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE** (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades/projetos e as metas a serem atingidas)

A Liga Congonhense de Desportos tem a finalidade de oferecer oportunidade para a prática do futebol para desportistas de todas as idades do município de Congonhas, incluindo a categoria PCD. com a realização de eventos esportivos em diversas faixas etárias, abrangendo grande contingente de desportistas, praticantes do esporte em nossa cidade de Congonhas/MG.

**9- PÚBLICO-ALVO** (direta e indiretamente)

Futebol Masculino Adulto----------500 atletas (acima de 16 anos);
Futebol Masculino "35" ----------400 atletas (acima de 35 anos);
Futebol Masculino "40" ----------240 atletas (acima de 40 anos);
Futebol Masculio "45" ----------120 atletas (acima de 45 anos);
Futebol Masculino "50" ----------120 atletas (acima de 50 anos);
Futebol Masculino "63" ----------100 atletas (acima de 63 anos);
Futebol Masculino PCD ----------100 atletas (acima de 63 anos);
Futebol Base ----------1500 atletas (acima de 07 anos);
Futebol Masculino Varzeano ----------1500 atletas (acima de 14 anos);
Total de beneficiários: 4580 atletas participantes.

**10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO** (forma de execução das atividades ou do projeto). Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público-alvo

O projeto será executado com a disponibilidade e preparação de infra-estrutura necessária para a realização dos eventos, da divulgação e entrega das premiações em parceria com a PMC e SEL através do programa Congonhas Mais Saudável, a LCD será exclusivamente responsável pelas inscrições, prazos, elaboração de regulamentos, normas, código disciplinar, sanções, tabelas, escala de arbitragem, execução das competições.

**11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

| ATIVIDADE(S) (RESUMO) | OBJETIVO | RESULTADOS ESPERADOS |
|---|---|---|
| Promover campeonatos de Futebol de campo em diversas faixas etárias e inclusão da categoria PCD. | Realizar competições de futebol de campo em diversas faixas etárias. | Atender praticantes do futebol de campo através de competições e envolvendo cerca de 4580 atletas. |

**12 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

| OBJETIVOS / METAS (quantitativas e mensuráveis a serem atingidas) | INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS | MEIOS DE VERIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| Atendimento de aproximadamente 4580 atletas em competições de futebol para diversas faixas etárias. | Inscrições e participações nos eventos realizados. | Fichas de inscrições, fotos, tabela, redes socias, súmulas ou lista de presença. |

**13- CONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

**RESUMO GERAL - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

| ITEM | CÓD. RECURSO | NATUREZA DOS RECURSOS | PRAZO INICIAL | | PRAZO FINAL | | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | MÊS | ANO | MÊS | ANO | |



Fabrício V. Vieira

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 15 | PESSOAL E ENCARGOS | ABRIL | 2025 | JAN | 2026 | - |
| 2 | 16 | MATERIAIS DE CONSUMO | ABRIL | 2025 | JAN | 2026 | 166.000,00 |
| 3 | 17 | MATERIAIS/BENS PERMANENTES | ABRIL | 2025 | JAN | 2026 | - |
| 4 | 18 | SERVIÇOS DE TERCEIROS | ABRIL | 2025 | JAN | 2026 | 234.000,00 |
| **TOTAL DO PROJETO** | | | | | | | **400.000,00** |

**PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

**14- PESSOAL E ENCARGOS**

| ITEM | CARGO NA OSC | QUANTIDADE PROFISSIONAIS | SALARIO BASE UNITÁRIO COM ENCARGOS | VALOR MENSAL | QTDE MESES | VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| - | não se aplica | não se aplica | não se aplica | não se aplica | não se aplica | não se aplica |
| **TOTAL PESSOAL E ENCARGOS** | | | | | | - |

**15 - MATERIAIS DE CONSUMO**

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | MATERIAL ESPORTIVO EM GERAL/PREMIAÇÃO/MATERIAS DE PAPELARIA/INSUMOS DE INFORMÁTICA | MENSAL | 10 | 15.500,00 | 155.000,00 |
| 2 | COMBUSTIVEL | MENSAL | 10 | 1.100,00 | 11.000,00 |
| **TOTAL MATERIAIS DE CONSUMO** | | | | | **166.000,00** |

**16 - MATERIAIS/BENS PERMANENTES**

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO |
|---|---|---|---|---|---|
| - | não se aplica | | | | - |
| **TOTAL MATERIAIS/BENS PERMANENTES** | | | | | - |

**17- SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)**

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | COORDENADOR GERAL | MENSAL | 10 | 6.500,00 | 65.000,00 |
| 2 | ARBITRAGEM | MENSAL | 10 | 13.500,00 | 135.000,00 |
| 3 | ALUGUEL DE CAMPO | MENSAL | 10 | 1.000,00 | 10.000,00 |
| 4 | SERVIÇOS CONTÁBEIS | MENSAL | 10 | 800,00 | 8.000,00 |
| 5 | SEGURANÇA | MENSAL | 10 | 1.000,00 | 10.000,00 |
| 6 | PROPAGANDA/DIVULGAÇÃO | MENSAL | 10 | 600,00 | 6.000,00 |
| **TOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS** | | | | | **234.000,00** |

| 18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO | 20 - VALOR PARCERIA APLICADO PELO MUNICÍPIO (R$) |
|---|---|
| òrgão: 19, Unidade: 01, Função: 27, Sub Função : 811, Programa: 0043; Atividade: 0-0068 – Parceria com Entidades – Esporte;3.3.50.41 – Contribuições; Fonte: 1500 – Ficha : 940 | 400.000,00 |

**19 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – MUNICÍPIO**

| | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| VALOR MENSAL (R$) | - | - | - | 200.000,00 | - | - |
| | MÊS 7 | MÊS 8 | MÊS 9 | MÊS 10 | MÊS 11 | MÊS 12 |



Fabricio V. Vieira

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 200.000,00 | - | - | - | - | - |

**20- DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

Declaro, para fim de prova junto ao Município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a Congonhas, ___/___/___

**Presidente da OSC Fabricio Vennturato Vieira**

**21 - APROVAÇÃO DA CONTROLARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

O termo encontra guarida legal:

**Rosângela Ferreira da Costa Braga**
**Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno**

**22- APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO**

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Congonhas, / /

**Anderson Costa Cabido**
**Prefeito de Congonhas**

A Sociedade Ornitológica de Congonhas (SORCON), fundado(a) em 08 de novembro de 1995, constituída como uma entidade de caráter desportivo e recreativo de fins não econômicos, com duração por tempo indeterminado, sob o CNPJ nº 01.966.652/0001-48 conforme objetivos e finalidades no art. 2º.

Destaca-se como objetivo e finalidade desta emenda impositiva a execução do projeto "Campeonato de Pássaros"

No caso de celebração de parceria com a Sociedade Ornitológica de Congonhas (SORCON) o repasse de recursos para contribuição, a fim de atender à EMENDA IMPOSITIVA MUNICIPAL. A Legislação Federal não exige a realização de Chamamento Público, uma vez que a parceria se dará em atendimento à obrigatoriedade de cumprir as emendas impositivas indicadas pela Câmara Municipal.

É o que disciplina a Lei 13.019/2014, conforme transcrito abaixo:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei"(grifo nosso).

A entidade cumpre a sua finalidade social, e atende aos objetivos de natureza social ou assistencial, contribuindo para o bem-estar da comunidade. O projeto atende ao interesse público

Assim sendo, justifica-se a celebração de Termo de Fomento, com a Sociedade Ornitológica de Congonhas (SORCON), inexigindo-se para tanto, a realização do Chamamento Público.

Sem mais.

Congonhas, 23 de abril de 2025.

José Lúcio de Castro
Secretário de Esporte e Lazer

**Código de Validação: 991926**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**
**(Artigo 29 da Lei 13.019/2014)**

A Associação Arca da Vida Construindo Cidadãos, fundado(a) em 11 de junho de 2021 constituída como entidade civil, sen fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, sob o CNPJ nº 42.296.909/0001-89 conforme objetivos e finalidades no art. 2º

Destaca-se como objetivo e finalidade desta emenda impositiva a execução do projeto Arca da Vida em Movimento.

No caso de celebração de parceria com a Associação Arca da Vida Construindo Cidadãos o repasse de recursos para contribuição, a fim de atender à EMENDA IMPOSITIVA MUNICIPAL. A Legislação Federal não exige a realização de Chamamento Público, uma vez que a parceria se dará em atendimento à obrigatoriedade de cumprir as emendas impositivas indicadas pela Câmara Municipal.

É o que disciplina a Lei 13.019/2014, conforme transcrito abaixo:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei"(grifo nosso).

A entidade cumpre a sua finalidade social, e atende aos objetivos de natureza social ou assistencial, contribuindo para o bem-estar da comunidade. O projeto atende ao interesse público

Assim sendo, justifica-se a celebração de Termo de Fomento, com a Associação Arca da Vida Construindo Cidadãos, inexigindo-se para tanto, a realização do Chamamento Público.

Sem mais.

Congonhas, 23 de abril de 2025.

José Lúcio de Castro
Secretário de Esporte e Lazer

**Código de Validação: 992126**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 005/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A LIGA CONGONHENSE DE DESPORTOS**

Partícipes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de

Esporte e Lazer, José Lúcio de Castro, portador da Carteira de Identidade nº. 13.288.865 e CPF nº. 007.727.468-77, e a **LIGA CONGONHENSE DE DESPORTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.382.200/0001-11, com sede na Rua Dom João Muniz, s/nº, Centro, Congonhas/MG, representada por seu Presidente, Fabricio Venturato Vieira, portador do RG nº. 7.905.126 e do CPF nº. 058.450.836-05. Objeto: Realização de diversas competições esportivas pela Liga Congonhense de Desportos. Valor: R$400.000,00 (quatrocentos mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 19, Unidade: 01, Função: 27, Sub Função: 811, Programa: 0043, Atividade: 0-0068 – Parceria com Entidades – Esporte, 3.3.50.41 – Contribuições, Fonte: 1500 – Ficha: 940. Vigência: 15 de abril a 31 de janeiro de 2026. Congonhas, 23 de abril de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito de Congonhas; José Lúcio de Castro, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; Fabricio Venturato Vieira, Presidente da Liga Congonhense de Desportos.

**Código de Validação: 992826**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

PORTARIA N.º PMC/772, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

**Substitui gestora na Portaria n.º PMC/326, de 28 de maio de 2024, alterada pela Portaria n.º PMC/373, de 11 de junho de 2024, que "Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação e designa Gestor para atuar na parceria entre o município de Congonhas e o Rotary Club de Congonhas."**

**O PREFEITO DE CONGONHAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e
**CONSIDERANDO** a Comunicação Interna n.º PMC/GAB/SMS/218/2025,
**RESOLVE:**
**Art. 1º** Designar Elenilda Penha Egg Silva como gestora em substituição a Ana Paula da Cruz Pinto, para atuar na parceria entre o município de Congonhas e o Rotary Club de Congonhas, a fim de atender Emenda Impositiva, com objetivo adquirir cadeiras de rodas, camas hospitalares, cadeiras de banho, muletas e andadores para a ampliação do projeto 'Doe Mobilidade", além da aquisição de óculos de grau e aparelho auditivo e recursos para manter o Projeto "Mais Fraldas Ricardo Sotoriva", no valor de R$425.000,00, Processo Administrativo n.º 47/2024, conforme dispõe o art. 29 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015, nomeada pela Portaria n.º PMC/326, de 28 de maio de 2024, alterada pela Portaria n.º PMC/373, de 11 de junho de 2024.
**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Congonhas, 23 de abril de 2025.

**ANDERSON COSTA CABIDO**
**Prefeito de Congonhas**

**Código de Validação: 993126**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

PORTARIA N.º PMC/773, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

**Restitui prazo para que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar apresente relatório conclusivo.**

**O PREFEITO DE CONGONHAS**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 31, inciso II, letra "i", da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 89 da Lei n.º 4.256, de 27 de dezembro de 2023; e
**CONSIDERANDO** que o processo administrativo n.º 7954/2024, se encontra em fase de instrução;
**RESOLVE:**
**Art. 1º** Fica restituído o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria n.º PMC/586, de 26 de fevereiro de 2025, possa apresentar o relatório conclusivo no processo administrativo n.º 7954/2024.
**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Congonhas, 23 de abril de 2025.

**ANDERSON COSTA CABIDO**
**Prefeito de Congonhas**

**Código de Validação: 993226**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

PORTARIA N.º PMC/774, DE 23 DE ABRIL DE 2025.